

Esquerdas Latino-Americanas Contemporâneas.

Estrutura, institucionalização e tipologia

PONTO DE VISTA, Nº 12, dezembro 2010

ISSN 1983-733X

Fabício Pereira da Silva¹

i. Introducción

Esse trabalho analisa a estrutura de quatro partidos de esquerda que chegaram ao poder recentemente na América Latina – o Partido Socialista do Chile (PSCh), o Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil, a Frente Ampla (FA) do Uruguai e o Movimento ao Socialismo (MAS) da Bolívia. Procuero demonstrar que os partidos aqui estudados desenvolveram estruturas organizativas relativamente “fluidas” e “abertas”, apresentando características movimentistas, fracionistas ou frentistas. Ao mesmo tempo, procuram adequar suas estruturas à absorção de novos e amplos grupos sociais, novas formas de militância, novas relações com a sociedade.

Nesse sentido, em grande medida elas seriam organizações de “novo tipo” em comparação às formas organizativas apresentadas tradicionalmente pelos partidos de esquerda (Gunther, Diamond, 2003). De um lado a forma “leninista”, que propõe uma organização de militantes (muitas vezes) profissionais, vanguardista, coesionada, disciplinada e vedada a pluralismos e divisões internas por calcar-se na unidade de ação e proposição públicas, que encontrou suas maiores expressões nos partidos comunistas. De outro a forma “classista de massas”, organizada com base em núcleos por local de

¹ Professor Adjunto de Ciência Política e Sociologia na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Esse trabalho reúne algumas das idéias contidas na tese de doutorado em Ciência Política defendida pelo autor no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 2010.

trabalho, com estruturas organizativas burocratizadas e ideologia definida, forte coesão e disciplina interna (Duverger, 1970), que teve suas expressões paradigmáticas nos partidos socialdemocratas europeus ocidentais. Mas, se elas se afastam em grande medida de antigos modelos, se aproximariam de novos?

Ao lado dessas “novidades”, é comum (especialmente entre as lideranças, como seria de se esperar) que tais formas organizativas sejam consideradas “democráticas” em comparação com uma tradição centralizadora e burocrática das esquerdas. Desde já deixo claro que esses partidos não são necessariamente democráticos por serem “renovados”. As novidades que apresentam teriam sido decisivas para a adaptação dessas esquerdas às transformações ocorridas na América Latina nas últimas décadas, tornando-as mais “receptivas” às novas formas sociais em gestação na região (Domingues, 2009).

O trabalho se estrutura da seguinte maneira. Primeiramente, ao apresentar as características básicas de cada estrutura partidária, suas formas de militância e liderança, e algumas transformações ao longo do tempo, tento demonstrar que elas diferem dos referidos modelos “clássicos”. Na sequência, como reflexão intermediária, abordo o tema da institucionalização partidária, como chave para diferenciar com maior clareza os casos estudados. Por fim, a partir da pluralidade organizativa apontada na primeira parte e da análise acerca da institucionalização apresentada na segunda parte, trago para a discussão algumas referências da literatura especializada. A partir delas proponho uma tipologia organizativa dessas esquerdas, e sugiro que a abordagem das disputas internas desses partidos pode ajudar a compreender algumas de suas mudanças ao longo do tempo. Ao final apresento um breve resumo do trabalho.

ii. Do que se diferem?

Os partidos mais importantes das esquerdas latino-americanas apresentam, legalmente e na prática, formas de organização heterodoxas em relação à tradição da qual se nutrem. Para começar a demonstrá-lo, nada melhor que abordar o partido mais longo entre os aqui tratados, o PSCh, para observar como ele se reorganizou de uma forma distinta à sua tradição. No caminho, vamos perceber que traços tradicionais de sua organização se mantiveram (adaptados). E que mesmo esses traços podem ter contribuído para sua longevidade e retorno ao poder.

Um bom caminho é comparar dois estatutos deste partido, o imediatamente anterior ao golpe (de 1972) e o posterior à redemocratização (aprovado em 1994 após anos de debates e modificações). O primeiro organiza o partido nos moldes de qualquer

organização leninista, tendência assumida pelos socialistas chilenos a partir de 1967. O segundo legaliza sua atual configuração pluralista, assumida em sua reunificação iniciada no final de 1989. Em 1972, o partido pretendia ser uma organização de vanguarda, baseada no centralismo democrático, que permitia “a centralização do pensamento de seus membros para materializá-lo em uma ação comum, homogênea e eficaz” (PSCh, 1991). Para que o “postulante” pudesse integrar as fileiras socialistas, deveria ser testado durante seis meses, para só então ser aceito formalmente, após realizar um juramento. Algo distinto da tolerância atual, que permite a qualquer cidadão filiar-se ao partido sem maiores restrições, e desde então expressar livremente seu pensamento sobre qualquer assunto. Ou se manifestar publicamente a título pessoal de forma distinta às posições partidárias. Ou ainda professar qualquer credo religioso ou concepção filosófica, desde que seja compatível com posições democráticas, humanistas, libertárias e igualitárias “que inspiram o socialismo” (PSCh, 1994).

No PSCh atual, são reconhecidas formas distintas de organização e atuação. Além dos tradicionais núcleos baseados em local de trabalho ou moradia, há núcleos temáticos, como os ecológicos, de direitos humanos ou do consumidor, culturais, de empresários e artistas – e são esses núcleos os que parecem ter vida ativa na organização. Trata-se de um elemento de organização transversal, presente nesta e em outras organizações contemporâneas, que no caso em questão remete até certo ponto às tradicionais “brigadas” socialistas. Até 1965 (quando as tendências “socialistas revolucionárias” começaram a assumir maior peso), o partido mesclava distintas referências organizativas, aí incluídas as brigadas – então baseadas em atividades profissionais ou eleitorais, que funcionavam de maneira transversal aos núcleos legalmente instituídos (Ortiz, 2007). Mesmo durante o período leninista do partido, elas continuaram existindo na prática, assim como suas estruturas e atividades voltadas às eleições continuaram tendo um peso muito maior do que a ala “revolucionária” desejaria. Considero razoável propor que os atuais núcleos temáticos seriam releituras da tradição das brigadas – que inclusive reapareceram nos estatutos do partido desde 2006. Pode-se considerar então que novidades organizativas introduzidas em sua nova fase são em parte releituras e reconhecimentos legais de elementos que sempre estiveram presentes na prática dos socialistas chilenos.

Um misto de novidade e releitura é igualmente a organização do partido por tendências. Grupos internos e correntes sempre se manifestaram entre os socialistas chilenos, desde sua fundação em 1933 originada da unificação de diversos grupos, que tinham pouco em

comum além de uma identidade de esquerda distinta do comunismo chileno. Mas nunca tal pluralismo se manifestou legal e organizadamente como agora. No processo de reorganização dos socialistas, as tendências (ou “correntes de opinião”, como são nomeadas legalmente) pareceram ser a única forma de reunir grupos de origens distintas no seio da mesma organização. Tal solução pode ter inclusive contribuído – além do sistema eleitoral chileno que exerce uma poderosa força centrípeta em seus partidos, e da progressiva desideologização dos socialistas – para a unidade desde 1989 de um partido que se notabilizou ao longo de sua história por suas divisões orgânicas². Hoje parece inconcebível um PSCh sem suas disputas internas, muitas vezes fratricidas, entre tendências cada vez mais numerosas, pulverizadas e baseadas em identidades progressivamente distintas das existentes antes da reunificação.

Para além de debater o que é novidade institucional (como a discriminação positiva por gênero e minorias étnicas), ou do que é um reconhecimento legal de tendências sempre presentes no seio do partido (agora exacerbadas e adaptadas às novas condições societárias), é inegável que o “novo” PSCh desenvolveu uma estrutura distinta de sua tradição. O partido sempre apresentou certa flexibilidade, fracionamento e abertura a inovações – o que explica em parte sua capacidade de sobrevivência e adaptação (Roberts, 1994). No entanto, tais tendências se radicalizaram ao longo da ditadura e se manifestaram em sua reunificação, com a estrutura atual acompanhando a crescente pluralidade, abertura e flexibilidade dos socialistas. Além do mais, tais tendências são reforçadas pelas relações dos socialistas (especialmente suas lideranças e atores de governo) com integrantes do Partido pela Democracia (PPD) e da Concertação como um todo – a coalizão entre esquerdas e centro que governa o Chile desde o fim da ditadura em 1990.

Por conta disso, formaram-se organismos externos às estruturas e à legalidade partidária, que em certos momentos superam e diluem ainda mais as estruturas socialistas. Nas relações com o PPD – a princípio um “partido instrumental” formado em 1987 pelo setor “moderado” dos socialistas quando o partido era ilegal – chegou a ser admitida a dupla militância nos primeiros anos de reorganização socialista. A ela se seguiu uma relação contraditória entre os dois partidos, de coalizão e competição, mas com espaço para diversas atividades comuns. Isso também se deu com toda a Concertação, dando origem à transversalidade das lideranças da coalizão, traduzida em projetos, atividades,

² A unidade socialista começou a refluir em 2008, quando algumas tendências à esquerda da agremiação se retiraram. Isso parece ser fruto de uma tendência à oligarquização de sua direção, bem como do aparente esgotamento da estratégia socialista e da Concertação como um todo.

eventos, decisões e debates programáticos comuns, aí incluídos influentes institutos de pesquisa relativamente independentes que desenham políticas comuns aos distintos partidos da coalizão – como o Avance e o Chile XXI. De fato, há uma transversalidade na Concertação, em especial entre as lideranças, que reduz a autonomia de seus integrantes e gera certo ambiente comum.

Na prática – e em certa medida seguindo a legalidade estatutária –, tudo que foi dito leva a um partido até certo ponto descentralizado, relativamente organizado em redes – e com uma projeção simbólica igualmente baseada em redes que gera para si uma grande periferia partidária, bastante difusa. Articulou-se um

sistema de redes que não são coordenadas nem controladas centralmente, operam como sociabilidade política nuclear, que substitui as velhas estruturas de militância. (...) sua forma real de funcionamento o aproxima ao que podemos chamar “horizontalidade regulada”, quer dizer um sistema de ações e decisões que são muito horizontais, exceto naqueles temas que transformam tudo em hierarquias, como, por exemplo, a designação de candidatos ou de funcionários (Escobar Sepúlveda, 2008, pp. 21-22).

O mais chamativo ponto de contato entre o PSCh e o PT é a estruturação por tendências, nos dois casos estruturadas e autônomas, dando a eles por vezes características “federativas”. Federalismo que é traduzido institucionalmente, para além da atuação tendencial, no método proporcional de composição das direções de ambos os partidos. Nada mais distante da lógica tradicional da composição de poder majoritária, especialmente leninista, segundo a qual o grupo vencedor ocupa todos os espaços de poder, e os perdedores devem se submeter.

Por esse e outros motivos, muitas vezes o PT foi considerado também em seus aspectos organizativos por muitos de seus analistas e por sua própria coletividade um exemplo paradigmático de “novidade”, o que incluiria uma estrutura democrática e original. Há certo exagero nessas formulações. Exagero que foi se ampliando com as metamorfoses do partido – também no que tange ao tema organizativo. No entanto, não é muito difícil demonstrar que o PT difere tanto da organização “leninista” quanto da “classista de massas”. Samuels afirma que o que difere o PT “da maioria dos outros partidos de esquerda é o alto grau de participação das bases e ao mesmo tempo relativamente baixo grau de autonomia das lideranças em relação às bases” (2004, p. 1001). O autor aponta um aumento nos níveis de burocratização e institucionalização petistas (classificados por

ele como médios), mas destaca que suas instituições legalizam e tornam transparente o próprio controle das bases sobre a direção – ainda não cristalizada. O que se dá entre outros fatores pela pulverização e transparência da organização por tendências – elas mesmas institucionalizadas, ou seja, um reconhecimento legal do pluralismo petista.

Leal (2005) segue na mesma direção ao definir o arcabouço institucional do partido:

defesa de um ideário consensualista (na medida em que prevê a participação ativa das minorias nos processos decisórios e na constituição das direções, via proporcionalidade), os corpos representativos devem ter relação especular com a base e os mandatos dever ser exercidos de forma imperativa, concebidos como partidários.

Reconhece que há “grande espaço de participação para os filiados” (p. 62). No entanto, o autor observa que nos últimos tempos esse arcabouço vem se transformando no sentido de uma maior autonomização (e concentração de poder) da direção em relação às bases. Samuels (2004) também destaca essa tendência, mas explica que houve em primeiro lugar uma moderação das bases sociais petistas que derivou no controle da direção pelos moderados. Só então a direção pôde iniciar um processo de autonomização, obtida através de mandatos expressos das bases³.

O caráter “movimentista” do PT – uma reunião de distintos movimentos sociais, sindicatos e organizações socialistas – foi dando espaço a uma maior institucionalização, como foi dito. No entanto, esta segue sendo uma característica do partido, ainda que tenha se enfraquecido enquanto suas instituições propriamente partidárias foram se fortalecendo. A atividade nas tendências por vezes se sobrepõe à atividade no partido⁴. A militância no partido segue sendo fluida, com processos simples de filiação, e se baseia não mais numa concepção classista ou “total”, o que é demonstrado pelo Estatuto do partido desde seu primeiro artigo, que o define: “o PT é uma associação voluntária de cidadãos e cidadãos que se propõem a lutar por democracia, pluralidade, solidariedade” (PT, 2001, p. 17), entre outros valores e metas elencados (apontando para a construção

³ Como o mecanismo de eleição direta das direções, aprovado no II Congresso (1999). Trata-se de iniciativa com aspectos a princípios democratizantes, mas que, no entanto, autonomiza as lideranças partidárias, ao retirar poder decisório de bases, militantes e tendências para diluí-lo entre todos os filiados, em tese menos envolvidos na vida partidária e mais influenciados pelas grandes lideranças midiáticas do partido.

⁴ Apesar de um provável enfraquecimento desse aspecto a partir do fortalecimento da identidade e das instituições petistas e das seguidas iniciativas legais para restringir a atuação das tendências – visível ao cotejar as diversas resoluções sobre tendências aprovadas ao longo do tempo contidas na compilação de documentos editada pelo partido (PT, 1998).

do “socialismo democrático”) que permitem a identificação e mobilização no partido por variadas razões. A institucionalidade petista prevê essa pluralidade, ao aceitar a formação de núcleos a partir das mais variadas motivações: local de moradia, trabalho e estudo, movimento social, categoria profissional, “temas, áreas de interesse, atividades afins, tais como grupos temáticos, clubes de discussão, círculos de estudo e outros” (PT, 2001, p. 47). E ao legalizar a organização de “setoriais” temáticas, dedicadas às mais distintas atividades e identificações. Há claramente espaços legais para identidades múltiplas, na medida em que o partido reconhece tendências e formas de atuar distintas.

Além disso – sempre em contraposição à tradição das esquerdas – deve-se explicitar aqui que a figura do “filiado” é a única reconhecida pelas normas legais do partido, deixando de lado a noção de “militante”. A figura jurídica do filiado contém todas as intensidades e modalidades de atuação, o que fica claro no Estatuto, ao definir que o filiado deve ser “tratado de forma respeitosa, sem distinção do grau de disponibilidade militante” (PT, 2001, p. 24). O filiado ao PT deve acatar as decisões coletivas, mas pode manifestar-se publicamente contra elas – um afastamento em relação à concepção leninista.

Por fim, podem-se destacar as inovações institucionais que foram introduzidas na vida partidária ao longo dos anos, entre eles a implantação de mecanismos internos de democracia direta como plebiscitos, referendos, prévias eleitorais e consultas às bases. A mais importante delas é sem dúvida a eleição direta das direções em todos os níveis, com voto de todos os filiados (que legalmente possuem o mesmo peso, independentemente do seu grau e forma de atuação) – e que refletiu e reforçou transformações significativas do partido⁵. Acrescento a tudo isso elementos “informais”, como as relações com movimentos sociais e ONGs, ou a formação do Instituto da Cidadania, que acabou por autonomamente influir na elaboração de programas eleitorais petistas. Assim, surge um mosaico que permite afirmar que, na mescla entre tradição e novidade do PT (Sarti, 2006), essa última segue não podendo ser negligenciada.

Quanto à FA, ela é – mais ainda que o PSCh e o PT – um organismo fracionado. Fundada em 1971, com o tempo a FA foi passando de coalizão a partido efetivo, enquanto partidos ainda organizados em seu interior foram passando a atuar como tendências. Ao mesmo tempo, tendências internas, de identidade frenteamplista, foram se formando, processo que se iniciou em 1989.

⁵ Além desses mecanismos, são inovações dignas de nota a cota de gênero no preenchimento das direções, a existência de núcleos no exterior e a formação das ouvidorias “com a finalidade de contribuir para manter o Partido sintonizado com as aspirações do conjunto de seus filiados e com os setores sociais que pretende representar” (PT, 2001, p. 133).

A FA é uma original experiência de frente de esquerda. Original por ser literalmente mais “ampla” que outros fenômenos semelhantes, integrando além de setores propriamente de esquerda democratas cristãos e setores progressistas dos dois partidos tradicionais uruguaios, blancos e colorados. Estava assim mais próxima das experiências de “frentes populares” que de “esquerda” *strictu sensu* (Moreira, 2004). Por constituir-se desde sua fundação como frente permanente, um espaço comum com programas, candidatos e estruturas únicas, atuando como um partido perante as leis eleitorais e o sistema partidário. E por sua estrutura própria, que concebeu direções, núcleos e filiados para além das estruturas dos partidos que a formaram (Bayley, 2005). Ou seja, concebeu-se como superior à mera soma de estruturas e militantes de seus partidos, como uma expressão autônoma e inédita. Além de coalizão um movimento, desenhando aos poucos instituições próprias e permanentes, e não apenas direções compostas por representantes dos partidos que a formaram (Caetano, Rilla, 1995; Yaffé, 2005). Isso implicou no reconhecimento desde o início de uma militância frenteamplista, na medida em que é possível filiar-se à FA sem integrar seus partidos formadores. Por outro lado, os filiados a estes automaticamente ganham status de membros da FA, atuando em ambas as estruturas – já que os Comitês de Base legalmente não fazem distinção da participação ou não de seus integrantes em algum setor da FA, convocando a todos os frenteamplistas (FA, 1986).

Estava aberto o espaço institucional para a formação de uma identidade frenteamplista junto às diversas identidades partidárias – algo que provavelmente se daria de qualquer forma com o tempo. A FA, por sua natureza frentista, já seria um organismo composto por identidades e formas de militância múltiplas, somadas ou amalgamadas. No entanto, tal multiplicidade desde o princípio foi incrementada pela figura do militante independente. Assim, há a possibilidade de auto-identificação como frenteamplista unicamente, ou como frenteamplista e militante de algum partido que a integra – com variações na medida em que a identidade frenteamplista pode ser primária ou secundária em relação às partidárias. Com o tempo, a FA consolidou uma identidade frenteamplista que é superior às outras identidades que ainda convivem na agremiação.

Progressivamente, as bases frenteamplistas foram se desmobilizando, e reduzindo-se o número de militantes “independentes” – mas não de indivíduos com identidade difusamente frentista que não se aproximam cotidianamente, mas de forma ocasional da estrutura partidária. No entanto, mesmo com o prevalecimento no interior da FA de militantes ligados tanto aos seus partidos integrantes quanto às tendências frentistas que

foram surgindo, sua identidade própria se impôs notadamente sobre as identidades e atividades em seus setores internos.

Evidentemente, é simples perceber que a estrutura frenteamplista é distinta das tradições de esquerda. Basta pensar em como ela difere, por exemplo, da organização do Partido Socialista Uruguaio (PSU) e do Partido Comunista Uruguaio (PCU), centrais na formação da FA. O primeiro mesclava então uma linha organizativa leninista com sincretismos nacionais e regionais, enquanto o segundo se organizava então e até hoje da forma tradicional leninista (Gallardo, 1995, p. 108). Ao formarem a FA, elas (e seus outros integrantes) abriram mão desde o princípio de parte de sua autonomia ao aderir a superestruturas diversas das suas. Pode-se dizer que a FA herdou parte das tradições leninistas de organização, como a valorização da militância, a burocratização e a unidade de ação. No entanto, estas tiveram que “conjugarem-se com critérios muito mais flexíveis imperantes em outros vetores convergentes em sua fundação” (Yaffé, 2001, p. 27), como os setores brancos, colorados e os democratas cristãos, além do caráter movimentista presente em sua concepção. Tal processo só foi se aprofundando com o tempo, ao ponto dessas duas identidades fortes na política uruguaia enquanto “partidos de idéias” irem se diluindo no interior de um corpo maior.

A princípio a organização frenteamplista era ainda frágil, baseada em núcleos locais relativamente informais e horizontais – sem superar as estruturas e identidades dos partidos que a formavam. Com o tempo, a FA passaria a atuar de fato como um partido “institucional” (Alcántara, 2004), ou como um “partido de coalizão” (Lanzaro, 2004), ganhando em estrutura e organicidade, absorvendo as dos partidos e grupos que se organizam até hoje em seu interior como frações. O surpreendente é que, malgrado a profusão de frações internas e as transformações em diversos níveis vividas ao longo de sua trajetória, a FA sempre manteve sua razoável solidez. Sua estrutura é legalmente concebida como dual (e a princípio quase consensual na tomada de decisões, buscando o máximo de acordo entre seus integrantes). Ela agrega as lideranças e bases dos partidos que a integram, além de suas próprias organizações de base e intermediárias, nas quais podem atuar militantes partidários e independentes, e que foram conquistando espaços na direção ao lado dos representantes partidários. O primeiro setor refletiria seu caráter de coalizão, e o segundo seu caráter de movimento.

Tal divisão de poder se institucionalizou com o Estatuto de 1986, e se ampliou com o Estatuto de 1993, com metade da direção destinada a representantes partidários e tendenciais, um quarto às bases de Montevideu e um quarto às bases do interior. O

espaço de poder de cada base (mais especificamente de cada organismo intermediário, as “zonais” e “departamentais”, formadas a partir das bases) é definido de acordo com o número de votantes em cada uma, e os dirigentes são escolhidos por eleição direta com todos os filiados. Quanto ao espaço destinado a cada fração, era fixo e igual para todas até 1993, e posteriormente passou a ser também definido proporcionalmente mediante eleição direta entre as listas apresentadas pelas frações.

A complexa imbricação entre partido e movimento e entre essas estruturas e as de suas tendências tornou sempre o funcionamento da FA burocrático e pouco ágil. Houve ainda a partir de 1994 a formação de “superestruturas” (construídas como círculos concêntricos em torno da FA) da aliança Encontro Progressista e em 2004 também da Nova Maioria. Isso retirou parte do poder das internas da FA sobre o desenho de programas eleitorais e a formação de alianças, dando certa autonomização e agilidade, especialmente à liderança de Tabaré Vázquez (Yaffé, 2005). No entanto, tais “superestruturas” nunca se consolidaram e se democratizaram de todo, sendo baseadas em direções compostas por representantes de cada partido, sem bases e a promoção de uma militância própria. Posteriormente (2005) os grupos que participavam daquelas duas formações decidiram se integrar à FA. Isso demonstra o poderio da estrutura e identidade frentista sobre as demais, se sobrepondo ao fim e ao cabo tanto às de seus setores quanto às dos grupos e partidos que em algum momento decidiram aliar-se a ela. Estruturas e identidade mais fortes que qualquer correlação de forças em seu interior, pois a fração que reunia maior poder na FA mudou seguidas vezes, em meio a uma pulverização interna que só tende a crescer, superando vinte grupos internos nesse momento.

Um ponto de contato das estruturas e militância frentista com outros setores sociais, além das estruturas aliancistas heterodoxas e das tradicionais relações fluidas com o sindicalismo, se deu a partir das diversas iniciativas de democracia direta a partir de 1989. Estas são previstas na institucionalidade uruguaia, e foram propostas por diversos atores com caráter eminentemente “defensivo” em relação aos governos de turno, geralmente em reação às reformas liberalizantes (Moreira, 2004). Nessas ocasiões, gestaram-se movimentos amplos, transversais, que mobilizaram recursos frenteamplistas, e incrementaram a atuação transversal de boa parte de sua militância. Nota-se que diversas formas de relação da FA com seu entorno aumentam ainda mais a fluidez de sua concepção militante.

Por fim, um caso paradigmático é o do MAS, com sua estrutura heterodoxa, que conjuga em doses variáveis ação direta com institucional, organizações sociais sindicais e comunitárias com estrutura partidária, levando a discussões inconclusas acerca do caráter legal de alguns de seus atos e sobre se ele é efetivamente um partido, um movimento, um “instrumento político”, etc. Tal debate não é tão intenso entre seus próprios membros, já que a maioria desde o princípio o considera um “instrumento político” dos movimentos sociais, uma espécie de braço político-eleitoral das organizações que o integram – como o partido geralmente se apresenta. É interessante notar que os militantes oriundos de movimentos camponeses e “originários” tendem a definir o MAS como um “instrumento” dos movimentos sociais e dos povos originários, enquanto seus integrantes oriundos de movimentos urbanos e experiências de esquerda tradicional tendem a qualificá-lo como um partido popular ou de esquerda⁶. Tais tendências demonstram que origens e concepções diversas levam a expectativas distintas em relação à atuação do MAS, e que ele possui um grau de flexibilidade organizacional que permite a existência em seu seio de uma pluralidade de concepções e estratégias.

Uma questão a ser feita é o porquê de se formar em 1995 expressamente um “instrumento” e não um “partido”:

A idéia de formar algo distinto de um partido tem duas fontes: por um lado é produto da experiência de democracia que desenvolveu o mundo campesino-indígena, tendo percebido nas diferentes eleições que “os partidos nos dividem”. Por outro lado, esta necessidade de criar algo distinto de um partido é uma resposta à crise de legitimidade dos partidos que também chega à área rural (Zuazo, 2008, p. 28).

Já entre os especialistas que o estudam, o tema é mais polêmico. García Linera (et. al., 2008) o considera uma prolongação política dos movimentos sociais, efetivamente um “instrumento” ou “confederação” de movimentos – reconhecendo, no entanto, que há uma crescente estrutura de parlamentares e funcionários se formando em seu interior. Lazarte (2008) o define como um “protopartido”, pouco institucionalizado, enquanto Zuazo (2008) o apresenta como um partido “com outro nome”, dado que a crise de legitimidade dos partidos bolivianos transforma a mera utilização do termo “partido” em uma ameaça. Tapia (2004) entende o MAS como um “partido de trabalhadores”, numa

⁶ Essas tendências são observáveis ao cotejar as entrevistas de parlamentares masistas reunidas por Zuazo (2008). Informações mais detalhadas acerca do MAS podem ser encontradas em Pereira da Silva (2009).

comparação com o PT. Já Komadina e Geffroy (2007) apresentam o conceito de “movimento político” defendendo a tese de que o MAS, a partir de uma “estrutura dual”,

atua nas fronteiras entre a sociedade civil e o campo político em uma dupla direção: codifica e projeta as mobilizações e as representações de diversas organizações sociais no campo político institucionalizado e através da participação eleitoral, apesar de aspirar a transformar as regras do jogo político (p. 20).

Pode-se concluir a partir da pluralidade do debate que o MAS só pode ser considerado um partido num sentido mais tolerante do termo, não podendo ser entendido a partir de uma concepção ortodoxa de partido político. O MAS é um “partido atípico” (Mayorga, 2005), mas ainda assim um partido – com uma amplitude que “rompeu com todas as estruturas políticas, sejam de esquerda ou de direita”, nas palavras de Evo Morales (2002).

A construção do “instrumento político” teve a princípio como núcleo hegemônico o movimento cocaleiro. Os sindicatos formados pelos cocaleiros do Chapare (em Cochabamba) são basicamente “ocidentais”, apresentando, no entanto, características de “sindicatos comunais”, ou seja, estruturas sindicais “ocidentais” (e o próprio nome “sindicato”) imbricadas com elementos comunais originários. Os sindicatos, além de instrumentos reivindicativos e de socialização, organizam a vida dos indivíduos e famílias que os integram, repartindo terras, aplicando justiça comunitária, organizando trabalho voluntário, comercializando produtos cultivados, entre outras funções (García Linera et al., 2008). No entanto, a identidade camponesa segue sendo central, integrada a elementos relacionados a distintas identidades originárias, presentes por sua vez nos antigos sindicatos cochabambinos que inspiraram o movimento cocaleiro (Soares, 2009). Para além do movimento cocaleiro, o MAS reuniu diversos grupos, alguns mais associados a identidades e formas organizativas originárias, outros mais propriamente “ocidentais”. No início, o MAS se organizou a partir de sindicatos, federações de movimentos sociais e grupos camponeses e originários, e se baseou em assembleias (“comunais” dependendo da região e grupo hegemônico a levar adiante a construção do partido) num nível local, e nacionalmente numa direção formada por representantes dos principais grupos que o integram (trata-se de uma regra não-escrita). A militância no MAS a princípio se deu então de forma amplamente “indireta”: o indivíduo era integrante de algum sindicato, movimento social ou organização originária que decidia

aderir em bloco ao MAS. Assim, todos os seus integrantes passavam automaticamente a membros do partido, mas a identidade masista em si era secundária.

Logo o MAS manifestou divisões entre estruturas herdadas dos movimentos e nascentes estruturas de funcionários e candidatos eleitos. A princípio a primeira prevaleceu. Mas a partir de 2002 e especialmente de 2003, tornou-se mais intensa a institucionalização partidária e a adaptação ao entorno institucional. Cresceu o esforço de institucionalização nas áreas urbanas, que já não se realizava a partir da superposição entre estruturas sindicais movimentistas e partidárias. Nos centros urbanos o MAS foi se organizando como um partido num sentido menos heterodoxo, com suas seções e comitês. Assim, à militância indireta começaram a se somar filiações diretas ao MAS, em paralelo à formação de uma identidade masista que passa a ser identificação central de muitos de seus integrantes. No entanto, o MAS segue sendo considerado um partido de baixa institucionalização. Nesse caso, o partido é possivelmente o único partido organizado nacionalmente e com um centro de poder. No entanto, segue sendo uma subjetividade coletiva que agrega identidades e estruturas múltiplas.

Tudo isso foi incrementando a dualidade de estruturas do MAS, na medida em que a direção, parlamentares, setores urbanos e militantes masistas diretos foram fortalecendo suas posições em detrimento da original lógica assembleísta e movimentista. Tal dualidade é expressa por seu Estatuto aprovado em 2003, que define sua estrutura interna em dois pólos: organização partidária territorial e organizações sociais e “naturais”. Progressivamente, funcionários partidários e especialmente deputados foram gerando uma espécie de “poder paralelo”, de caráter informal. Nas eleições de 2004 e 2005, já se havia notado a redução do poder das assembleias de base e dos movimentos sociais no seio do partido em favor dos parlamentares e da direção nacional. Os candidatos das cidades médias e grandes nas eleições municipais de 2004 e a diversos postos em 2005 foram expressamente nomeados pela direção e por Morales, para se adequar à estratégia nacional do partido. Decisões contraditórias com o Estatuto, que afirmava que seus candidatos seriam eleitos em assembleias e “aprovados” pela direção (MAS, 2004)⁷.

iii. Intermezzo: institucionalizações

⁷ Mais recentemente, e por iniciativa do governo, notou-se uma iniciativa de retomada do poder dos movimentos sociais no interior do partido, aliada a uma redução da autonomia das estruturas partidárias urbanas – uma resposta às denúncias de utilização por alguns militantes da estrutura partidária para tentar obter cargos públicos.

Ao apontar elementos que constituiriam “novidades” em relação à tradição organizativa das esquerdas, espero ter oferecido elementos para comprovar a assertiva de que esses partidos não podem ser compreendidos a partir dos modelos “clássicos” de partidos. Agora, é hora de começar a se perguntar se, a partir do momento em que se afastam de modelos “clássicos”, eles poderiam ser compreendidos a partir de modelos mais atuais. Para começar a discutir o tema, abordo o tema da institucionalização, que será uma chave importante na diferenciação e tipificação desses partidos.

Um fenômeno que pode ser notado é a progressiva institucionalização desses partidos. Segundo Panebianco (1988), institucionalizar-se para uma agremiação implica incorporar valores e metas de fundação, ter valor em si mesmo, assumindo como uma de suas metas a própria preservação. Quanto à origem do partido, se a organização tem origem geograficamente localizada, a partir da qual se espalha pelo país, e ela se legitima por si mesma e não por meio de organizações externas (sindicatos, movimentos, instituições religiosas), tanto maior sua tendência a desenvolver instituições fortes. Quanto às suas disputas internas por poder, uma forte integração (“sistematicidade”) de seus circuitos internos, e a coesão da coalizão dominante e seu controle sobre as frações que integram o partido indicam igualmente maior institucionalização. Uma organização fortemente institucionalizada terá um razoável grau de autonomia em relação ao ambiente, e uma tendência a buscar dominá-lo.

Os processos de institucionalização dos partidos seguem ritmos e formas distintas, chegando a resultados igualmente distintos. É mesmo possível que eles não se institucionalizem, o que, em longo prazo, coloca em risco sua sobrevivência e reprodução. Essa pluralidade de possibilidades se manifesta nos partidos aqui estudados. O quadro a seguir apresenta uma síntese de fatores que em tese deveriam influir no grau de institucionalização de uma agremiação, aplicados aos partidos estudados.

Fatores de institucionalização

	Origem	Fonte de criação	Sistematicidade	Coesão da direção	Autonomia das frações	Institucionalização
FA	Penetração territorial	Legitimação interna	Alta	Média	De alta a média	Forte
PT	Penetração territorial	Legitimação externa	Alta	De média a alta	De alta a média	Entre média e forte
PSCh	Penetração territorial	Legitimação interna	Média	Média	De alta a média	Média
MAS	Penetração territorial	Legitimação externa	Baixa	Baixa	Alta	Baixa

Fontes: Panebianco (1988); Alcántara, Freidenberg (2003); elaboração própria.

Destaco que em alguma medida as quatro organizações fizeram esforços de institucionalização, mesmo o MAS. Este, a princípio basicamente um aglomerado de grupos e movimentos, na medida em que foi se institucionalizando (fracamente) como partido procurou estabelecer discursos e ações únicas entre suas partes, elaborar um programa coerente que fosse cumprido por todos, unificar a atuação de sua bancada parlamentar e mantê-la dependente das decisões do partido. No entanto, essa organização segue indefinida entre partido e movimento, mesmo em sua fase atual enquanto partido de governo. Por outro lado, principalmente a FA e o PT, mas também o PSCh, constituem casos paradigmáticos de institucionalização. Isso gera uma forte rotinização e uma densidade organizativa que geralmente se cumpre, mesmo à custa de parte da agilidade decisória.

Lado a lado com o fomento de uma concepção plural de militância, surgiram mais recentemente tentativas de controlar e reduzir a autonomia e o espaço para o dissenso. Ou seja, tentativas de unificação de ação, de redução do espaço para a manifestação de autonomias por partes de seus membros ou frações – tendência que seria mais adequada a partidos em vias de institucionalização. Essas tentativas, longe de bloquear a pluralidade comentada até aqui, buscam domesticá-la e regulá-la. Essas seriam mais bem duas faces de uma mesma moeda, ou seja, um movimento duplo de reconhecimento/regulação de suas frações e pluralismos.

Pode-se sugerir que essas organizações devem buscar atingir um nível “ótimo” entre a necessidade de fomentar ou ao menos reconhecer o pluralismo e a capacidade de atuar ágil e unitariamente. Assim, a estratégia que cada partido deve seguir para atingir esse ponto ótimo dependeria do estágio da qual se parte. Para além de possíveis permanências “leninistas” entre setores e membros desses partidos, deve-se privilegiar a explicação da necessidade de se encontrar um equilíbrio entre pluralismo e autonomia dos grupos internos por um lado, e sistematicidade e unidade que caracterizam os partidos enquanto instituições por outro. Nota-se então um processo de institucionalização relativamente “flexível” e parcial, na medida em que é contrabalançado por algumas “soluções” que flexibilizam e agilizam a densidade e rotinização dessas instituições, quais sejam, a autonomização da direção e a diluição e pulverização da militância. Especificamente no caso do MAS, essa institucionalização é ainda mais flexível e parcial. Em certo sentido, poderia ser considerada “truncada”.

iv. A que se assemelham?

Vimos que os partidos de esquerda latino-americanos aqui analisados diferem dos modelos organizativos “clássicos”. Vimos também que o MAS, além de ser a mais “heterodoxa”, evidentemente se destaca como a organização mais desinstitucionalizada entre os partidos estudados, na medida em que parte de sua legitimidade, gestação de identidade e poder decisório emana não de sua própria estrutura, mas das estruturas movimentistas e sindicais que o integram. Mas se eles divergem dos modelos “clássicos”, Até que ponto suas características poderiam aproximá-los dos modelos definidos pela literatura especializada nas últimas décadas? Ou elas ecoariam modelos distintos? É o que discuto a partir de agora. E a referida especificidade organizativa do MAS será um elemento importante aqui.

A partir de agora, trago para a discussão alguns elementos da literatura especializada, especialmente discussões em torno do tema da tipificação de partidos e de suas funções. A partir delas, procuro selecionar chaves para compreender o tipo organizativo e a forma de atuação desses partidos. Devo chamar atenção para o caráter sugestivo e hipotético dessas observações. Trata-se antes de tudo de um exercício que deve ser mais bem testado, o que é inviável para as dimensões desse trabalho.

Com as transformações societárias e políticas ocorridas após as formulações clássicas de Duverger (1970) de princípios dos anos 1950, diversos especialistas propuseram novos modelos de partido. Entre essas formulações, considero que as de maior relevância foram desenvolvidas por Kirchheimer (1966) e Panebianco (1988). Para Kirchheimer, após a Segunda Guerra Mundial, “partidos de integração de massas” (aí incluídos os aqui chamados “classistas de massas” e “leninistas”) teriam se desdobrado em partidos *catch-all*, enquanto os antigos partidos de “representação individual” teriam se tornando progressivamente exceção à regra. Em sociedades complexas ou “de consumo”, os interesses classistas se diluiriam e ocorreria um processo de desideologização, levando os partidos a trocar um enraizamento nas massas por uma maior audiência e sucesso eleitoral, substituindo projetos gerais por objetivos restritos e metas eleitorais imediatas, buscando ampliar as bases sociais. O partido *catch-all* é, por definição, não-utópico, menos coercitivo quanto às liberdades de seus integrantes e mais flexível. Ele possuiria cinco características em contraposição com seus antecessores: fortalecimento dos líderes; enfraquecimento da militância e diminuição do papel dos filiados; diluição ideológica; diluição classista; acesso a grupos de interesse.

Já Panebianco apresentou o modelo do “partido profissional eleitoral” (próximo à formulação de Kirchheimer), igualmente um desdobramento dos por ele chamados

partidos “burocráticos de massas”. Tal modelo se caracterizaria pelo crescente peso dos profissionais com saberes específicos no lugar dos burocratas; caráter eleitoralista de adesão e debilidade dos laços organizativos verticais; proeminência dos parlamentares; financiamento por grupos de interesse ou fundos públicos; e direção personalista e ênfase em questões mais específicas (como as ambientais, de segurança individual ou de gênero)⁸. As motivações para a transição das formas “burocráticas de massas” as “profissionais eleitorais” seriam ambientais, fruto da passagem para o “pós-industrialismo” ou “pós-materialismo”: as mudanças na estratificação social e o impacto da mídia sobre a política e as eleições. Partidos “profissionais eleitorais” são por definição instituições fracas, portanto a passagem de um tipo ideal a outro envolveria desinstitucionalização – e teria ligação com o fenômeno da “crise dos partidos”.

É inegável que há alguma relação entre tais modelos e os partidos analisados nesse trabalho. Vimos de maneira geral que eles se afastam dos modelos “clássicos”, e possuem dessa forma semelhanças com os modelos apresentados no que eles têm de negação às formas “clássicas”. Mas será que as semelhanças se esgotam aí? Em grande medida, não. Como no modelo *catch-all*, nossos partidos são em boa parte não-utópicos, não-opressivos e flexíveis. São policlassistas, apresentam certa diluição ideológica, assim como uma redução da militância de massas e fortalecimento dos dirigentes, e possuem relações com diversos grupos de interesses. Quanto ao modelo “profissional eleitoral”, a pesquisa desenvolvida não permite aferir até que ponto os profissionais de saberes específicos ocuparam o espaço de burocratas nos partidos estudados, bem como sua forma de financiamento. Pode-se afirmar que a proeminência dos parlamentares é razoável, as direções vão assumindo em parte características mais personalistas que colegiadas, assim como se observa uma ênfase em questões mais específicas e não em projetos gerais ou nas “grandes ideologias” (isso tem relação com a diluição ideológica de que fala Kirchheimer).

É evidente, portanto, que os partidos estudados apresentam elementos dos modelos *catch-all* e “profissional eleitoral”. Alguns autores, como Lanzaro (2004), classificam a FA, o PT e o PSCh sem maiores pudores como partidos *catch-all*. No entanto, algumas características de nossos partidos diferem desses modelos. Isso até certo ponto não apresentaria maiores dificuldades, na medida em que aqueles modelos são “tipos ideais”, e poderiam sofrer adaptações de acordo com o ambiente e as características originais de

⁸ Ele difere claramente do partido “burocrático de massas”, na medida em que este se caracteriza pelo predomínio da burocracia; filiação como via privilegiada de adesão e laços organizativos verticais; proeminência da direção; financiamento pelos próprios membros; e direção colegiada e ênfase na ideologia.

cada partido. No entanto, as maiores dificuldades para classificar nesses moldes os partidos estudados são três. Primeiro, a limitação de estudar partidos de esquerda a partir de modelos que enfatizam em demasia o aspecto eleitoral da atividade partidária. Há um aumento inegável do peso eleitoral nesses partidos, mas neles a ideologia segue exercendo um papel importante, não sendo possível caracterizá-los simplesmente como “máquinas eleitorais” (Alcántara, 2004). Segundo, tais modelos são em boa parte “reducionistas”, ou seja, ao proporem um modelo quase universal não permitem observar na justa medida a pluralidade organizativa encontrada nos casos estudados. Terceiro, eles se baseiam em realidades alheias à latino-americana⁹, e deveriam ao menos sofrer adaptações a ela.

Por essas razões, prefiro considerar que esses partidos possuem elementos dos modelos *catch-all* e “profissional eleitoral”, mas não se baseiam estritamente neles. Adoto então como referência a tipologia apresentada por Gunther e Diamond (2003), calcada na organização, ideologia e estratégia dos partidos, que apresenta cinco gêneros de partidos: “elitistas”, “de massas”, “eticistas”, “eleitoralistas” e “movimentistas”. Estes por sua vez são integrados por quinze espécies (aqui prefiro utilizar o termo “modelos”): os elitistas se desdobram em “tradicionais de notáveis locais” e “clientelistas”; os de massas em “religiosos denominacionais” e “fundamentalistas”, “nacionalistas pluralistas” e “ultranacionalistas”, e socialistas “de classe e massas” e “leninistas”; os etnicistas em “étnicos” e “congressuais”; os eleitoralistas em “personalistas”, “catch-all” e “programáticos”; e os movimentistas em “esquerda libertária” e “pós-industriais de extrema-direita”. Tal aparente exagero é adequado à complexificação e pluralização social da modernidade contemporânea, expressa também na América Latina (Domingues, 2009), que se traduz, quanto ao tema aqui abordado, numa pluralidade de formas partidárias que incluem e ao mesmo tempo superam antigos e novos tipos.

Pode-se considerar que partidos como o PT, o PSCh e diversos setores que formaram a FA teriam originalmente características de massas – tanto do modelo “classista de massas” quanto do “leninista” comentados até aqui. Mas esses traços nunca foram exclusivos. O PSCh, junto a tais características, apresentou ao longo de sua trajetória traços do modelo “clientelista” – na definição de Gunther e Diamond, uma confederação de “notáveis” com base de poder local e objetivos eleitorais. Já o PT e a FA surgiram como mescla daqueles modelos com aspectos gerais do gênero “movimentista” –

⁹ “Quase todas as tipologias de partidos políticos existentes derivaram de estudos de partidos da Europa Ocidental durante o último século e meio. Dessa forma, alguns de seus achados mais marcantes são produtos desse particular contexto geográfico e temporal” (Gunther, Diamond, 2003, p. 168).

organização fluida entre partido e movimento, com elementos pós-materialistas. Ao longo do tempo, essas três organizações, sem perder suas características genéticas próprias, foram se aproximando do gênero “eleitoralista”, mais especificamente do modelo “programático”. Tal definição foi cunhada pelos autores para diferenciar partidos com peso programático dos outros modelos que integram o gênero “eleitoralista” – tanto o “catch-all” quanto o “personalista”. Já o MAS reuniria majoritariamente elementos do gênero “movimentista” em sua expressão de “esquerda libertária” – basta lembrar de aspectos assumidamente “pós-modernos” presentes em seu discurso e de sua organização fluida e horizontal. A eles, mesclaria elementos provenientes do modelo “étnico congressual” – definido como uma aliança de grupos étnicos defendendo a unidade nacional.

Quanto ao tema das motivações ou “funções” exercidas por um partido, intrinsecamente relacionado ao anterior e aqui isolado apenas para fins analíticos, Kirchheimer reconhece que um partido *catch-all* deve se equilibrar entre o que ele considera as três funções de um partido: integração, expressão e seleção de candidatos para legitimação popular. No entanto, a função integradora se dá apenas através da relação com grupos de interesse, que são a única garantia de votos em meio à fluidez da sociedade de consumo. A função expressiva se dá enquanto coordenação e arbitragem de interesses organizados na sociedade, ou seja, se manifesta enquanto construção de consensos, especialmente quando no governo. Assim, as duas primeiras funções seguem existindo, mas operam agora de forma limitada e em grande parte através da função eleitoral, que é a principal do partido *catch-all*. A ênfase de Panebianco é a mesma de Kirchheimer.

Nesse sentido, introduzir a abordagem de Kitschelt (1989) nesse debate me parece uma opção promissora, por ela ter sido concebida para analisar as esquerdas contemporâneas. Vale reproduzir parte de suas observações:

Porque ativistas defendem objetivos políticos e estratégias eleitorais, partidos não são inevitavelmente organizações baseadas no “mercado eleitoral” (...) com a maximização de votos e cargos como um padrão fixo de sucesso. Espera-se que membros ativos considerem vários objetivos e estratégias potenciais e escolham entre elas à luz de diversas preferências e crenças cognitivas. (...) Diversas relações com outras instituições políticas contam para uma diversidade de metas desconsiderada pela visão eleitoralista dos partidos políticos. A visão eleitoralista ignora o fato de que em muitas democracias os partidos são mais que meras máquinas eleitorais (Kitschelt, 1989, pp. 46-47).

Kitschelt compreende a agência partidária atuando num contínuo no qual em um pólo pode-se esperar uma motivação puramente ideológica, e no outro pólo uma ação puramente eleitoral. Nenhum dos pólos pode se concretizar, o que leva o autor a considerar sempre presente em alguma medida o peso das ideologias e crenças sobre a atividade partidária – em discordância com a corrente hegemônica da literatura especializada. Ele define três “tipos ideais” de militantes (e dirigentes): “ideológicos”, “lobistas” e “pragmáticos”. Os primeiros estariam interessados nos objetivos manifestos e gerais da organização; os segundos, nos objetivos relativos a grupos específicos; e os terceiros, na conquista de votos e cargos. A correlação e as possíveis alianças entre os grupos se relacionariam com fatores “externos”, como a mobilização dos setores sociais com os quais o partido se relaciona; a abertura do sistema político a suas políticas; e seu papel mais ou menos competitivo no sistema partidário. É a dinâmica correlação de forças entre esses grupos, influenciada por fatores diversos, que explicaria a movimentação do partido no contínuo entre motivações ideológicas e eleitorais. Parece interessante analisar a lógica interna de um partido a partir dos grupos “ideológicos”, “lobistas” e “pragmáticos” propostos por Kitschelt. Trata-se de um modelo que admite mudanças diacrônicas, que não se restringe ao estudo das elites, e que acima de tudo chama atenção para o peso da tradição, da cultura, dos discursos, das crenças.

Ao abordar as esquerdas latino-americanas através desse modelo, é possível encontrar elementos que ajudariam a compreender alguns aspectos importantes nas transformações vivenciadas por elas. A disputa entre “ideólogos”, “lobistas” e “pragmáticos” parece ter se encaminhado para a relativa hegemonia dos últimos aliados aos segundos, já no final dos anos 1980 no caso do PSCh, e ao longo dos anos 1990 no caso do PT e da FA. E assim, a uma “moderação” mais acentuada desses partidos. Seguindo as proposições de Kitschelt, o aumento da competitividade eleitoral combinado à crescente desmobilização de suas bases sociais e a um sistema em processo de abertura a novos atores e políticas podem explicar aquela correlação de forças, e dessa forma a decorrente “metamorfose” dessas agremiações.

Por outro lado, o aumento da competitividade eleitoral num quadro, entretanto, de altíssima mobilização e cerceamento de novas forças e políticas poderia explicar o papel mais “radicalizado” do MAS, que apresenta posições divergentes e polarizadas em suas disputas internas, numa correlação de forças que teria contribuído para a manutenção de seu papel mais ideologizado e anti-sistêmico – que arrefeceu com o passar do tempo, mas não foi superado. Finalmente, quando um partido assume uma posição de hegemonia no

sistema partidário, segundo Kitschelt os pragmáticos crescem em número, mas devem dividir espaço com os ideólogos, na medida em que realizar políticas radicais parece não ameaçar o poderio do partido. Isso ajudaria a explicar a atuação mais radicalizada do MAS no governo em comparação com seus pares, na medida em que pôde comprovar sua força eleitoral.

Vimos que as esquerdas latino-americanas que chegaram ao poder se diferenciam de formas organizacionais tradicionais apresentadas pelas esquerdas, a saber, o modelo “leninista” e o modelo “classista de massas”. Essa característica pode ser lida como uma adaptação da concepção e estrutura de partido ao novo ambiente no qual essas esquerdas devem atuar. Uma tentativa de ampliar (e manter) seu atrativo social através do fomento de diversas formas de atuação e identificação, num contexto de metamorfose e complexificação das classes e identidades sociais. Pode-se sugerir que esquerdas com formatos mais flexíveis, plurais e parcialmente baseadas em formatos de redes seriam mais adaptadas à contemporaneidade que alguns de seus pares que tentam reproduzir atualmente formas organizativas “clássicas” das esquerdas do século XX.

Partidos mais recentes como o MAS e em parte o PT – na medida em que este é mescla de “novo partido” e modelo “classista de massas” – nasceram com formatos organizativos novos. O PSCh foi reconstruído como mescla de sua herança própria – desde sempre com dificuldades para reproduzir modelos “clássicos” – e de “novo partido”, e a FA nasceu como uma contribuição organizativa em si mesma heterodoxa, que progressivamente foi diluindo os referentes organizativos tradicionais presentes em alguns de seus integrantes.

Para compreender melhor essa pluralidade, chamei atenção para o tema da institucionalização. Essas esquerdas vivenciaram processos de institucionalização, mas mesmo as mais institucionalizadas encontraram caminhos para manter um bom nível de flexibilidade que favorecesse sua capacidade adaptativa. No entanto, o MAS, além de ser o partido mais “heterodoxo” entre os aqui cotejados, apresentou um processo de institucionalização incompleto, truncado.

Por fim, a partir da tipologia desenvolvida por Gunther e Diamond (2003), propus quais seriam os tipos organizativos mais semelhantes aos partidos aqui analisados – PSCh, PT e FA seriam atualmente majoritariamente “eleitoristas programáticos”, enquanto o MAS seria uma mescla entre movimento “étnico-congressual” e de “esquerda libertária”. Para compreender as mudanças diacrônicas ocorridas, abordei o tema das motivações ou funções partidárias, e recorri às proposições de Kitschelt (1989) de relacionar as disputas

entre os setores internos dos partidos com seu entorno institucional e social. Sugerir que elas poderiam ajudar a explicar a “moderação” de PSCh, PT e FA por um lado, e a indefinição (num estágio mais “radical”) do MAS por outro.

Referências

- Alcántara, Manuel (2004), *¿Instituciones o máquinas ideológicas? Origen, programa y organización de los partidos políticos latinoamericanos*. Barcelona: ICPS.
- Alcántara, Manuel, Freidenberg, Flavia (coords.) (2003), *Partidos políticos de América Latina*. México: FCE, IFE.
- Bayley, Miguel Aguirre (2005), *Frente Amplio – la admirable alarma de 1971. Historia y documentos*. Montevideo: Cauce.
- Caetano, Gerardo, Rilla, José (1995), “Izquierda y tradición: un problema y su versión en Uruguay”. IN: Caetano, Gerardo, Gallardo, Javier, Rilla, José. *La izquierda uruguaya. Tradición, innovación y política*. Montevideo: Trilce.
- Domingues, José Maurício (2009), *A América Latina e a modernidade contemporânea. Uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: UFMG.
- Duverger, Maurice (1970), *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Escobar Sepúlveda, Santiago (2008), “El Partido Socialista de Chile: una organización de redes”. Santiago: Instituto Igualdad, *Serie Papeles de Trabajo*, n. 6.
- FA (1986). *Estatuto del Frente Amplio. 19 abril 1986*.
- Gallardo, Javier (1995), “La izquierda uruguaya. La parábola de los ‘zorros’ y los ‘leones’”. IN: Caetano, Gerardo, Gallardo, Javier, Rilla, José. *La izquierda uruguaya. Tradición, innovación y política*. Montevideo: Trilce.
- García Linera, Álvaro (coord.), Chávez León, Marxa, Costas Monje, Patricia (2008), *Sociología de los movimientos sociales en Bolivia. Estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política*. La Paz: Plural.
- Gunther, Richard, Diamond, Larry (2003), “Species of political parties: a new typology”. *Party Politics*, v. 9, n. 2.
- Kirchheimer, Otto (1966), “The transformation of the Western party systems”. In La LaPalombara, Joseph, Weiner, Myron (orgs.). *Political parties and political development*. Princeton: Princeton University Press.
- Kitschelt, Herbert (1989), *The logics of party formation: ecological politics in Belgium and Western Germany*. Ithaca: Cornell University Press.
- Komadina, Jorge, Geffroy, Celine (2007), *El poder del movimiento político. Estrategia, tramas organizativas e identidad del MAS en Cochabamba (1999-2005)*. La Paz: CESU, DICYT-UMSS, PIEB.

- Lanzaro, Jorge (coord.) (2004), *La izquierda uruguaya: entre la oposición y el gobierno*. Montevideú: Fin de Siglo.
- Lazarte, Jorge (2008), *Derrumbe de la “res-pública” – los procesos electorales en Bolivia: 2002, 2004 y 2005*. La Paz: Plural.
- Leal, Roberto Figueira (2005), *O PT e o dilema da representação partidária: os deputados federais são representantes de quem?* Rio de Janeiro: FGV.
- MAS (2004). *Poder, territorio, sabiduría, “por la soberanía de los pueblos”*. La Paz.
- Mayorga, Fernando (2005), “La izquierda campesina e indígena en Bolivia. El Movimiento al Socialismo”. *Revista Venezolana de Ciencia Política*, n. 28.
- Morales, Evo (2002), “Entrevista”. *La Voz*, 12/10/2002.
- Moreira, Constanza (2004), *Final de juego: del bipartidismo tradicional al triunfo de la izquierda en Uruguay*. Montevideú: Trilce.
- Ortiz, Edison (2007), *El socialismo chileno: de Allende a Bachelet (1973-2005)*. Santiago: Fielso.
- Panbianco, Angelo (1988), *Political parties: organization and power*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pereira da Silva, Fabricio (2009), “Equilíbrios precários: a trajetória do Movimento ao Socialismo e seus dilemas”. In Domingues, José Maurício, Mota, Aurea, Soares, Alice, Pereira da Silva, Fabricio (orgs.). *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- PSCh (1991), “Estatutos del Partido (1972)”. In PSCh. *Conferencia Nacional de Organización*.
- PSCh (1994), *Estatuto*.
- PT (1998), *Resoluções de encontros e congressos (1979-1998)*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- PT (2001). *Estatuto*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Roberts, Kenneth (1994), “Renovation in the revolution? Dictatorship, democracy, and political change in the Chilean left”. *Working Paper*, n. 203.
- Samuels, David (2004), “From socialism to social democracy: party organization and the transformation of the Workers’ Party in Brazil”. *Comparative Political Studies*, v. 37, n. 9.
- Sarti, Ingrid (2006), *Da outra margem do rio: os partidos políticos em busca da utopia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Soares, Alice (2009), “A emergência das identidades étnicas na Bolívia contemporânea. Processos e atores”. In Domingues, José Maurício, Mota, Aurea, Soares, Alice, Pereira da

Silva, Fabricio (orgs.). *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

Tapia, Luis (2004), “Izquierdas y movimiento social en Bolivia”. In García Linera, Álvaro, Prada, Raúl, Tapia, Luis. *Memorias de octubre*. La Paz: Muela del Diablo.

Yaffé, Jaime (2001), “Del Frente Amplio al Encuentro Progresista: el camino de una izquierda moderada. Acerca del itinerario reciente de la izquierda uruguaya (1984-2000) – n. 1”. Montevideo: Departamento de Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales, *Documento de Trabajo*, n. 26.

Yaffé, Jaime (2005), *Al centro y adentro. La renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay*. Montevideo: Librería Linardi y Risso.

Zuazo, Moira (2008), *¿Cómo nació el MAS? La ruralización de la política en Bolivia. Entrevistas a 85 parlamentarios del partido*. La Paz: Fundación Ebert.

Ponto de Vista, Perspectivas sobre o Desenvolvimento
Publicações Anteriores

Ponto de Vista, Ano 3, N. 11, Novembro 2010.

Arnaldo Provasi Lanzara.

O Novo Funcionalismo Econômico-Sistêmico e o Enfoque “Produtivista” da Seguridade Social

Ponto de Vista, Ano 3, N. 10, Outubro 2010.

Nírvia Ravena e Eliana Franco Teixeira

Usina de Belo Monte: quando o desenvolvimento viola direitos.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 9, Setembro 2010.

Aldo Neri.

La política y la cuestión social. Análisis del caso argentino.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 8, Agosto 2010.

Debora Thomé.

Bolsa Família. Um novo modelo de política da social democracia?

Ponto de Vista, Ano 3, N. 7, Julho 2010.

Daniela de Franco Ribeiro e Barbara Lamas.

Institutionality and development: pro markets reforms in Argentina and Brazil.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 6, Junho 2010.

Sonia Draibe y Manuel Riesco.

Latin America: a new developmental Welfare State model in the making?

Ponto de Vista, Ano 3, N. 5, Maio 2010.

Ricardo Ortiz y Martín Schorr.

La rearticulación del bloque de poder en la Argentina post-convertibilidad.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 4, Abril 2010.

Dora Orlansky e Nicolás Chuchco.

Gobernanza, Instituciones y Desarrollo. Exploraciones del caso de Argentina en el contexto regional, 1996-2008.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 3, Março 2010.

Flavio Gaitán.

Reflexiones sobre las tensiones inherentes a las dinámicas de desarrollo.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 2, Fevereiro 2010.

Renato Boschi.

Estado desenvolvimentista no Brasil: continuidades e incertidumbres.

Ponto de Vista, Ano 3, N. 1, Janeiro 2010.

Florencia Antía e Arnaldo Provasi Lanzara.

Los procesos de reforma previsional en Chile, Brasil y Uruguay.

- Ponto de Vista, Ano 2, N. 12, Dezembro 2009.
Krista Lillemets, Tallin University.
Development and Citizenship in the Semi-Periphery: Reflecting on the Brazilian Experience.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 11, Novembro 2009.
Roberto Ribeiro Corrêa, Universidade Federal do Pará.
Discutindo e intuindo as novas dimensões da governança corporativa de um banco público regional em ambiente de crise financeira global
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 10, Outubro 2009.
Eduardo Gomes e Fabrícia Guimarães, UFF.
Como as Instituições contam: o apoio às pequenas e médias empresas no Brasil e na Argentina.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 9, Setembro 2009.
Jaime Marques-Pereira e Bruno Théret, CNRS.
Mediations Institutionnelles de la Regulation Sociale et Dynamiques Macro-Economiques.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 8, Agosto 2009.
Alejandra Salas-Porras, UNAM.
Basis of Support and Opposition for the Return of a Developmental State in Mexico.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 7, Julho 2009.
Luiz Carlos Bresser Pereira, FGV.
Assalto ao Estado e ao Mercado, Neoliberalismo e Teoria Econômica.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 6, Junho 2009.
Eduardo Salomão Condé, UFJF.
A Rota da Diversidade-Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 5, Maio 2009.
Hernán Ramírez, Universidade Estadual de Londrina.
Arranjos empresariais, tecnocráticos e militares na política. Perspectivas comparativas entre Brasil e Argentina, 1960-1990.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 4, Abril 2009.
João Francisco Meira e Thiago Rodrigues Silame, UFMG.
Institucionalização, Desenvolvimento e Governabilidade na Bolívia e no Paraguai.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 3, Março 2009.
José Mauricio Domingues, IUPERJ.
Desenvolvimento e Dependência, Desenvolvimentismo e Alternativas.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 2, Fevereiro 2009.
Yuri Kasahara, IUPERJ e FGV.
A Regulação do Setor Financeiro Brasileiro: Uma Análise Exploratória das Relações entre Estado e Setor Privado.
- Ponto de Vista, Ano 2, N. 1, Janeiro 2009.
Wallace dos Santos de Moraes, IUPERJ.
Estado, Capital e Trabalho no Contexto Pós-neoliberal na América Latina-Algumas hipóteses de pesquisa.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 5, Dezembro 2008.

Andrés del Río, IUPERJ.

El Proceso Político de Reformas Estructurales en la Argentina.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 4, Novembro 2008.

Aldo Ferrer, UBA.

Perspectivas do Desenvolvimento da América Latina.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 3, Outubro 2008.

Renato Boschi e Flavio Gaitán, IUPERJ.

Empresas, Capacidades Estatales y Estrategias de Desarrollo en Argentina, Brasil y Chile.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 2, Setembro 2008.

Eli Diniz, UFRJ.

Rediscutindo a articulação Estado e Desenvolvimento no novo milênio.

Ponto de Vista, Ano 1, N. 1, Agosto 2008.

Carlos Henrique Santana, IUPERJ.

Bndes e Fundos de pensão. Inserção externa das empresas brasileiras e graus de coordenação.